

Bem-vindo à nova sede da Justiça Federal do Espírito Santo

Publicação Especial - Nov/2010



Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Ilha de Monte Belo, Vitória/ES

Nova sede: uma vitória conquistada

A Seção Judiciária do Espírito Santo tem se expandido à proporção que a demanda jurisdicional cresce. E a verdade é que tem crescido muito desde, pelo menos, meados da década de 1990. Foi quando tornou-se necessária a construção de prédio anexo à atual sede, para distribuir e comportar as cinco varas federais mais antigas e os setores administrativos. Além disso, foi preciso alocar em outros endereços de Vitória, a partir dessa época, os juizados especiais federais, as varas de execução fiscal, uma vara federal cível e uma vara federal criminal.

A inauguração da nova sede representa uma imane vitória que a atual Presidência do TRF2 teve a felicidade de conquistar. Felicidade tão grande quanto os esforços despendidos para concretizar este sonho, considerando as nossas muitas limitações materiais.

A nova sede permitirá a centralização da administração, das varas e dos juizados, garantindo o conforto, a facilidade de acesso aos serviços do Judiciário Federal, a celeridade e a eficiência na prestação jurisdicional que todos desejamos, e a que os cidadãos capixabas fazem jus.

Desembargador federal
Paulo Espírito Santo
Presidente do TRF da 2ª Região



INFORMATIVO ESPECIAL - INAUGURAÇÃO NOVA SEDE DA JFES

Bem-vindo à nova sede da Justiça Federal do Espírito Santo

Publicação Especial - Nov/2010



Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Ilha de Monte Belo, Vitória/ES

Presidente do TRF2
 Desembargador federal
 Paulo Espírito Santo

Vice-Presidente
 Desembargadora federal
 Vera Lúcia Lima

Corregedor Regional da Justiça Federal
 Desembargador federal
 Sérgio Schwaitzer

Diretor do Foro da JFES
 Juiz federal Ricarlos Almagro

Vice-Diretor
 Juiz federal Alexandre Miguel

Supervisora da Seção de Comunicação Social
 Ana Paola Dessaune

Pesquisa
 Conceição de Oliveira

Redação
 Ana Paola Dessaune
 Patrícia Del Piero

Projeto gráfico e editoração eletrônica
 Patrícia Del Piero

Fotos
 José Augusto Magnago
 Adriana Souza (estagiária)
 Assessoria de Comunicação Social do TRF2

Revisão
 Ana Paola Dessaune
 Conceição de Oliveira
 Patrícia Del Piero

Impressão
 Divisão de Produção Gráfica e Editorial - Digma/Sed

Agradecimentos
 Assessoria de Comunicação Social do TRF2
 Divisão de Produção Gráfica e Editorial - Digma/Sed
 Núcleo de Obras e Manutenção da JFES (NOM)

Contato
 (27) 3183-5109
 secom@jfes.jus.br

Um marco na história da JFES



A inauguração deste novo prédio é um marco na história da Justiça Federal no ES. Consolida-se aqui um projeto que já atravessa um lustro, marcado por inúmeros obstáculos. São instalações que, a despeito de não ostentarem luxo, são modernas e permitirão um ambiente de trabalho mais agradável aos nossos servidores e juizes, bem como implicarão uma sensível melhoria na qualidade dos serviços prestados aos jurisdicionados e nas condições de acesso às partes e seus representantes, sobretudo por concentrar em um único local os diversos órgãos jurisdicionais e administrativos.

A grande diferença em relação aos prédios atuais é que todas as varas, órgãos administrativos, depósito e parte do arquivo judicial estarão reunidos em um mesmo local, que contará ainda com uma sala da OAB, agência bancária, pontos de xerox, estacionamento para o público externo, uma área do Centro Cultural da Justiça Federal e outra da Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região, consolidando aí toda a infraestrutura necessária não só à entrega da prestação jurisdicional, mas também para uma boa recepção de partes e advogados.

A área total construída é de 19.657,07 m², sobre um terreno de 13.226,46 m², espaço razoável, se considerarmos que abrigará os órgãos administrativos e jurisdicionais que hoje estão distribuídos em quatro prédios distintos espalhados pela Grande Vitória, bem como haverá ampliação de ofertas ao público, tal como agência bancária, espaço destinado à OAB e estacionamento.

A mudança para o novo prédio não pode dar-se de forma repentina, requerendo todo um planejamento operacional, recomendando inclusive a transferência dos órgãos administrativos em um primeiro momento, sem o que seria

impossível o desenvolvimento da atividade-fim. Veja, por exemplo, a necessidade de implantação do Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI, já que todas as nossas varas (exceto as Varas Federais Criminais) já estão trabalhando com processos eletrônicos. Assim, o atendimento ao público somente se dará após a transferência das varas, o que está planejada para ocorrer ao longo dos primeiros meses de 2011.

Após a inauguração, ainda em 2010, haverá a mudança do galpão, onde estão 1000m³ de material de almoxarifado, de informática e móveis de escritório, que passarão a ocupar o 1º andar do prédio anexo à nova sede. Com isso a Justiça deixará de pagar R\$ 5.135,02 ao mês de aluguel.

Nos meses de dezembro/2010 e janeiro/2011, no período de recesso, será feita a mudança das áreas administrativas, localizadas no atual Prédio Sede e no Ed. Jerônimo Monteiro.

Em fevereiro haverá a mudança das varas federais, seguindo cronograma a ser elaborado pela Comissão de Mudança, que será executado ao longo de aproximadamente três meses. Este processo será alvo de ampla divulgação.

Lisura e rigor

O custo final da obra foi da ordem de, aproximadamente, R\$ 36 milhões. Quando da rescisão do contrato com a empresa Tomazelli, a Justiça Federal devolveu ao orçamento da União uma quantia aproximada de R\$ 4,5 milhões, recurso que conseguimos reaver no presente exercício financeiro e que tem se mostrado suficiente para o cumprimento das obrigações ora pactuadas.

Desde a cessão da área até hoje já se vão sete anos. Muitas dificuldades enfrentadas tornaram impossível a conclusão da obra em menos tempo. Contudo, há que se ressaltar que **a obra vem sendo acompanhada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que em seus relatórios sempre elogiou a lisura de todo o procedimento e a condução rigorosa do empreendimento**, mesmo diante das grandes dificuldades e imprevistos verificados durante a sua execução.

Juiz federal
Ricarlos Almagro
Diretor do Foro da JFES

Um sonho que começava a se concretizar

O anúncio da cessão do terreno

Ao assumir a Direção do Foro, em abril de 2001, o juiz federal Alexandre Miguel, definiu, em solenidade no auditório, como uma de suas principais metas a obtenção de terreno para a construção de uma nova sede para a JFES: “Envidarei esforços para a obtenção de um terreno para a construção de uma nova e digna sede para a Justiça Federal, em Vitória, cuja necessidade de crescimento esbarra na falta de espaço da sede atual”. No dia 19 de setembro de 2002, o magistrado convocou juízes e servidores para anunciar o grande feito. Com o auditório lotado, Alexandre Miguel deu a grande notícia: “Nós acabamos de receber, sem nenhum ônus, aquele terreno com 13.500m² localizado em frente à TV Gazeta, na Av. Beira-Mar”.

Veja trechos do discurso.

“Desde que assumi a Direção do Foro, tinha um compromisso com os colegas e com os servidores que era buscar um espaço mais digno e adequado para nossa sede, compatível com a importância da Justiça Federal. O meu primeiro plano, emergencial, consegui atingir com o recebimento do prédio da Caixa (Ed. Jerônimo Monteiro). Ele vai nos atender numa necessidade mais urgente, que é a falta de espaço, considerando que este prédio da Cidade Alta comporta no máximo cinco varas federais e hoje possui sete varas, sendo que Juizado Especial (1º JEF) e a 7ª Vara (hoje, 5ª VF-Cível) estão muito mal instalados.”

“O meu segundo plano, que era mais a longo prazo, e muito mais difícil de atingir, foi concretizado hoje.”

“Estou muito feliz, porque esta é uma vitória não minha, mas de toda a Justiça Federal, um momento histórico. Não podemos dizer que o prédio da nova sede vai estar concluído amanhã, mas o terreno já é nosso e ninguém tira mais.”

“Nós continuaremos ocupando normalmente os dois prédios e ano que vem, se tudo der certo em questões orçamentárias, já faremos um projeto de uma sede única, definitiva, confortável, unificada, bem distribuída, horizontalizada, de preferência, para que possamos

oferecer um serviço melhor para o cidadão, que é o principal interessado, mas também com condições de trabalho satisfatórias para juízes e servidores.”

“Os próximos diretores do foro, Dr^a Maria Cláudia (de Garcia Paula Allemand) vem na sequência, já estão comprometidos com o projeto de implementação e de construção do novo prédio, que deverá ser de grande porte, que não significa suntuoso, para abarcar a Justiça Federal no futuro. Obviamente deve demorar um pouco. Devemos permanecer ainda um bom tempo neste prédio da Cidade Alta e no Ed. Jerônimo Monteiro.”

“Fiz questão de vir dar esta notícia pessoalmente. Eu espero que vocês fiquem felizes e satisfeitos como eu estou. Foi uma batalha, a Dora (Maria Auxiliadora do Nascimento, Sagab-Dirfo), que acompanhou tudo desde o começo, sabe como foi. Alguns colegas também sabem que eu não medi esforços para que isso se tornasse realidade.”

“A sequência dos fatos que culminou com tal doação foi a seguinte: o município de Vitória, de forma legítima, pretende fazer um projeto na Enseada do Suá, não para abrigar prédios públicos, mas sim voltado para o bem-estar do cidadão. Só que aquela área pertence à União Federal, que, independentemente de reconhecer que ela combina muito mais com um projeto social, turístico, cultural, por

uma questão até de dever e zelo, sabia que havia órgãos públicos federais importantes, mal instalados, cujos gestores pleiteavam e questionavam como doar para o município uma área se tantos órgãos públicos padecem de espaço físico, dentre eles a Justiça Federal?”

“A Justiça Federal não cabe mais neste prédio da Cidade Alta. Ela é muito maior do que isso, a quantidade de processos, a quantidade de servidores, a quantidade de juízes.”

“O que foi feito, então? Mantive um contato, por ocasião da negociação do prédio da Caixa, com o ministro Guilherme Dias (Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão), que é capixaba, e neste contato manifestei claramente que estávamos recebendo o prédio da Caixa, mas não estávamos satisfeitos. Eu queria uma área definitiva, porque uma Justiça desmembrada em dois prédios não iria funcionar muito bem.”

“Diante disso, e considerando ações civis públicas que estavam tramitando na 3ª Vara, foi feito um acordo, homologado judicialmente, que impunha ao Patrimônio da União atender as reivindicações dos órgãos públicos que estavam mal acomodados e com interesse de liberar a área da Enseada (do Suá) obviamente para o município (de Vitória). A União, por intermédio



do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e por uma iniciativa minha também, na qualidade de diretor do foro, sugeriu e me consultou se outra área que pertencia ao Ministério do Exército nos atenderia. Eu disse que sim e que se isso ocorresse a Justiça Federal desistiria do seu interesse na área da Enseada do Suá. Feito isso, o Ministério do Planejamento manteve contato em Brasília com o Ministério do Exército para que esse devolvesse a área à União em troca de outro terreno de interesse do

Exército em outro estado da Federação, e, hoje, foi feita a homologação judicial deste acordo, com a assinatura de todos os interessados.”

“Claro que, para o ano que vem, quando muito, nós vamos conseguir tão-somente dar início ao projeto do prédio que a gente pretende construir. Um prédio pensando na Justiça não só como ela está hoje, mas pensando no futuro, nas novas varas, com um estacionamento amplo, de preferência para atender a todos os

servidores e a quem chegar lá como usuário.

O terreno cedido fica localizado numa área estratégica, próxima ao Centro, de fácil acesso para quem vem de Vila Velha pela 3ª Ponte, e próxima também dos bairros da Zona Norte.”

“Vim aqui dar pessoalmente essa notícia porque eu não fiz nada com o meu nome e em meu nome, eu fiz em nome da Justiça Federal do ES. A vitória é da Justiça Federal do Espírito Santo e não do Alexandre Miguel.”

(Fonte: Balança, set/2002)

No dia 30 de setembro de 2002, às 10 horas, no auditório do Palácio do Café, em Vitória, foi realizada a Cerimônia de Assinatura do Termo de Entrega e de Portaria de Cessão de Terreno destinado à Justiça Federal do Espírito Santo e à Prefeitura Municipal de Vitória. Os documentos foram assinados pelo então Ministro Guilherme Dias, pelo diretor do foro da JFES, juiz federal Alexandre Miguel, e pelo prefeito de Vitória, Luiz Paulo Vellozo Lucas.

(Fonte: Balança)

O lançamento da pedra fundamental

No dia 27 de março de 2003, às 16 horas, foi realizada a solenidade de lançamento da pedra fundamental da nova sede, no auditório do INSS, localizado ao lado do terreno destinado à construção. Na urna foram colocados documentos referentes à cessão do terreno, composição da JFES e do TRF2, além de jornais do dia e fotos do local que viria a abrigar a nova sede.

Visitas ilustres



Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro **Gilmar Mendes**, no dia 24 de julho de 2009

Ricardo Almagro, diretor do foro da JFES, recebe o presidente do TRF 2, desembargador federal **Paulo Espirito Santo**, em 17 de setembro de 2009



Então presidente do TRF2, desembargador federal **Castro Aguiar**, e TV Justiça, em dez/2009



Diretores da área administrativa da JFES, acompanhados de **Alexandre Miguel** (na ocasião, diretor do foro em exercício), em 3 de março de 2008



Diretores do foro que também fizeram parte dessa história

Juiz federal **Alexandre Miguel** - Vice-diretor do foro e titular da 1ª Vara Federal Cível de Vitória. Foi diretor do foro de 05/04/2001 a 03/04/2003.

“A construção da nova sede da Justiça Federal em Vitória é de extrema relevância para a sociedade capixaba, especialmente por facilitar o acesso da população (partes, advogados públicos e privados, membros do Ministério Público Federal, servidores e demais colaboradores da Justiça) a uma Justiça organizada em um prédio único, moderno, informatizado, seguro, bem localizado, com estacionamento, dentre outras facilidades. Trata-se de pretensão antiga de toda a comunidade social e jurídica do Espírito Santo, compatível com a importância da Justiça Federal neste Estado e que finalmente será atendida.”



Juíza federal **Maria Cláudia de Garcia Paula Allemand** - Titular da 5ª Vara Federal Cível de Vitória. Foi diretora do foro de 04/04/2003 a 07/04/2005.

“A inauguração da nova sede da Justiça Federal em Vitória é extremamente relevante para melhorar ainda mais os serviços já prestados aos jurisdicionados capixabas. O novo prédio permitirá a todos os usuários um acesso mais adequado à Justiça Federal, em local único, amplo e totalmente informatizado.”

Juíza federal **Enara de Oliveira Olímpio Ramos Pinto** - Titular da 2ª Vara Federal Cível de Vitória. Foi diretora do foro de 08/04/2005 a 12/04/2007.



“É com muita alegria que vejo concretizada a nova sede da Justiça Federal em Vitória/ES. O novo e amplo prédio atenderá à demanda de centralização das varas, facilitando, especialmente, a vida do usuário dos serviços judiciários federais, que deixarão de se deslocar entre diferentes unidades da capital. Na verdade, todo o projeto foi muito bem elaborado, sempre voltado às atividades desenvolvidas e ao consumidor da justiça: estacionamento para o público, varas de tamanhos padronizados, auditório em andar térreo, assim como o serviço de certidões. Está ainda presente a preocupação com o portador de deficiências e também com a maior segurança de todos. Parabéns ao TRF/2ª Região e à Seção Judiciária do Espírito Santo!”

Juíza federal **Eloá Alves Ferreira** - Titular da 6ª Vara Federal Cível. Diretora do foro de 13/04/2007 a 02/04/2009.

“A inauguração do prédio novo da Justiça Federal possibilita, em última análise, uma prestação jurisdicional mais eficiente, pois concentra, em um único local, todas as varas e juizados da capital, além dos diversos serviços administrativos que dão suporte à atividade fim, como por exemplo, distribuição, contadoria, informática e outros. Ainda, as novas instalações atendem às mais modernas exigências de acessibilidade, proporcionando maior conforto aos jurisdicionados, principalmente, idosos e portadores de necessidades especiais.”



O presidente da Comissão de Obras



Juiz federal substituto **Francisco de Assis Basilio de Moraes** - Exerce a titularidade plena da 4ª Vara Federal Cível de Vitória.

“Como juiz federal presidente da Comissão de Obras para a SJES, estando a frente da Comissão desde a minha chegada a este Estado de futuro promissor, entendo que a nova sede representará um salto qualitativo na prestação da atividade jurisdicional e seus serviços auxiliares, reunindo em um espaço moderno e amplo, totalmente informatizado e seguro, todas as Varas e Juizados da Subseção da Capital, bem como as atividades administrativas, representando ainda uma economia nos custos e uma melhoria do ambiente de trabalho para todos os juizes e servidores, facilitando também o acesso e possibilitando um maior conforto dos jurisdicionados, advogados, procuradores, defensores e demais usuários da Justiça Federal capixaba.”

O engenheiro e sua equipe



Carlos Chaves Damásio, diretor do Núcleo de Obras e Manutenção da JFES (NOM), e sua equipe: **Débora Rangel Machado Sardinha** e **Cláudia Campagnaro Machado Dal Moro**, os responsáveis pelo gerenciamento da obra.

"A equipe é reduzida, mas a gente conta com profissionais competentes e altamente comprometidos. Quanto aos servidores que vêm trabalhar na nova sede, gostaria de contar com a compreensão de todos para eventuais problemas que venham surgir, na adaptação ao prédio. A nova sede é uma grande conquista e nos trará muitos benefícios".

ACOMPANHE O HISTÓRICO DA OBRA

A obra da sede definitiva da JFES foi dividida em seis etapas, para compatibilizar os recursos destinados no PPA e o planejamento da construção: 1) serviços de movimento de terra, canteiro de obras e estrutura, bem como todas as instalações que interferem com a estrutura; 2) restante das obras civis; 3) instalações de ar condicionado; 4) instalações de cabeamento estruturado; 5) instalações de automação e segurança; 6) construção dos mezaninos do prédio anexo.

A 1ª etapa das obras, iniciada em 21/02/2005, foi concluída em 15/09/2006. Essa etapa sofreu significativos atrasos e alterações em decorrência da necessidade de revisão dos projetos de fundações ocorrida em 2005, causando grande defasagem na execução orçamentária. Esse atraso, bem como os prejuízos dele decorrentes, foi considerado responsabilidade da empresa responsável pelo projeto. Com base em parecer elaborado por empresa especializada, foram tomadas medidas cabíveis para o ressarcimento dos prejuízos. O processo foi objeto de auditoria do Tribunal de Contas da União em 2006 sem que houvesse qualquer ressalva às medidas contingenciais adotadas.

A 2ª etapa teve início em 09/01/2006. O contrato dessa etapa sofreu diversos percalços ao longo de sua execução, motivados principalmente por fatos imprevis-

tos, falhas nos projetos e, finalmente, morosidade da contratada no cumprimento de suas obrigações.

Em 2007, visando à contratação da 3ª etapa, o projeto de climatização foi integralmente revisado, sendo adaptado aos modelos mais recentes de equipamentos e às alterações de layout do prédio. O início dos serviços se deu em 22/04/2008, tendo havido aditamentos posteriores para inclusão de equipamentos e reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de aumento das alíquotas de IPI.

A 3ª etapa encontra-se concluída. Os serviços de balanceamento final nos equipamentos de ar condicionado serão realizados após a conclusão das obras civis.

Em 2009, devido à rescisão do contrato com a empreiteira responsável pelas obras civis (etapa 2), foram tomadas diversas medidas. Visando a utilização integral dos créditos orçamentários da LOA 2009, foi feita contratação parcial do remanescente de obras denominada "obras civis 2009", compreendendo as obras necessárias à continuidade das demais etapas já contratadas e priorizando itens de valor total relevante, de modo a possibilitar a montagem e atualização da planilha orçamentária pela própria equipe da JFES, viabilizando assim a contratação das obras ainda no exercício de 2009. Esses serviços iniciaram em 10/08/2009 e foram finalizados em maio de 2010.

O arquiteto

Flávio Roitman, arquiteto, supervisor da Seção de Administração de Obras



(Seobra) do TRF2 e responsável pelo projeto arquitetônico da nova sede.

"É uma grande emoção ver um projeto, fruto da imaginação, finalizado em uma construção real. O projeto da nova sede da JFES foi norteado pela aspiração de proporcionar aos diversos usuários do edifício um ambiente condizente com suas necessidades, sendo funcional, confortável, simples e belo. A paisagem da beira mar contribuiu positivamente e procuramos direcionar os espaços principais do prédio nesta direção. Meu anseio é que o resultado do empenho de todos os envolvidos possa suplantar nossas aspirações, sendo reconhecido também como exemplo de edificação pública."

A 4ª etapa, cabeamento estruturado, teve início em 1º/06/2009, sendo finalizada em 13 de fevereiro de 2010. Ainda em 2009, houve a licitação em separado dos mezaninos metálicos do prédio anexo (etapa 6), visto que tais serviços possuíam poucas interfaces com as obras. A montagem começou em 11 de setembro de 2009 e foi finalizada em 10 de janeiro de 2010.

Para possibilitar a contratação das obras de conclusão da etapa 2, utilizando os créditos orçamentários solicitados no PLOA 2010, foi contratada em 2009 empresa especializada para a elaboração da planilha orçamentária, compreendendo o levantamento detalhado de todos os serviços já executados, a composição e atualização dos preços unitários. Concluído o projeto básico e após confirmação da alteração da proposta no PPA, as obras civis restantes foram licitadas no início de 2010.

A contratação dos serviços de automação e segurança (5ª etapa), totalmente independentes do restante da obra, em fins de 2010, completa o projeto.

(Informações do Relatório elaborado por Carlos Damásio, com a colaboração de Débora Sardinha, em 2009)

Prédio atende aos padrões de acessibilidade

A nova sede da Justiça Federal capixaba conta com novos padrões de acessibilidade. Além da localização privilegiada, de fácil acesso para o público em geral, o prédio também possui **estacionamento** próprio.

De acordo com o diretor do Núcleo de Obras e Manutenção (NOM), Carlos Chaves Damásio, “o térreo do prédio foi projetado para que ficasse no **mesmo nível da calçada**, sem necessidade de rampa para pessoas com problemas de locomoção. Além disso, o estacionamento dispõe de vagas para cadeirantes, com área de acesso sinalizada com zebra e espaço maior para manobra de seus usuários”.

A preocupação com cadeirantes e outros portadores de necessidades especiais também é notada no sistema de controle de acesso ao prédio e no de detecção de metais. Nos dois sistemas há **passagem alternativa**, mais larga, para esses usuários.

Nos elevadores, a **sinalização em braille** e o **avisador sonoro** auxiliam os deficientes visuais. Há ainda **sanitários adaptados** em todos os pavimentos, **balcões para atendimento sentado** (foto) nas varas e juizados, e rampas internas com **corrimão baixo**, para facilitar a circulação dos cadeirantes pelo prédio.



O balcão para atendimento sentado foi ideia de Neidy Torrezani (2º JEF). Desenho: Damásio e Cláudia (NOM).

Atendimento

O tempo do usuário na nova sede também foi otimizado. A **consulta processual** está localizada **antes do controle de acesso**, eliminando a necessidade de identificação. Ainda **no térreo** o usuário terá acesso ao **posto bancário**, à sala da **OAB**, a toda a estrutura do Núcleo de **Distribuição** – onde são protocoladas, sorteadas e digitalizadas as petições iniciais –, além da **copiadora** e do **atendimento inicial dos Juizados Especiais Federais**.

A nova sede da JFES fica localizada numa área estratégica, na Ilha de Monte Belo, próxima ao Centro, de fácil acesso para quem vem de Vila Velha pela 3ª Ponte, e próxima também aos bairros da Zona Norte.



COM VOCÊS, A NOVA SEDE

Térreo

- Auditório linear com 228 lugares e possibilidade de montagem de 4 salas avulsas, onde poderão ser realizados eventos simultâneos, mediante fechamento de divisórias já instaladas
- Foyer do auditório com entrada independente, área de apoio com cozinha e banheiros.
- Terminais de consulta de processos, com entrada independente
- Atendimento inicial dos Juizados Especiais Federais
- 4 elevadores de uso público, com capacidade para 10 pessoas cada
- 2 elevadores de uso restrito: um para juízes e outro para transporte de cargas
- Garagem coberta para veículos de magistrados
- Estacionamento para servidores
- Estacionamento para público externo

1º andar

- Salas que abrigarão a área administrativa (sede e anexo)
- Almoxarifado, depósito, arquivo, vestiário para terceirizados (Anexo)
- Os dois prédios – sede e anexo – se comunicam por rampa neste andar
- Vagas de garagem para veículos do administrativo

2º ao 7º andar

- Espaço para 24 varas federais, sendo 4 por andar, com 2 gabinetes para cada uma delas e uma sala de audiências extra no corredor

8º andar

- Biblioteca
- Restaurante
- Sala de reunião dos juízes

O custo total estimado da obra é de R\$ 35.811.239,00, correspondendo a uma área construída total de 19.657,07m² em dois prédios.